

## QUINTA DO RIO: UMA LEITURA DO ESPAÇO HABITACIONAL-RURAL EM RAMALDE - (SÉCS. XVIII-XIX)

Manuel Almeida Carneiro <sup>1</sup>

*ABSTRACT: «Quinta do Rio» is a farmhouse situated in Ramalde parish (Oporto Concil). In 1985, it was in ruins and under threat of demolition, but was rebability for conversion to dwelling.*

*Built in a second half the eighteenth century, the architectonics morphology shows the rural memory lost in Oporto. Starting of the fieldwork, archival sources, in special by Archives Family`s House, name «Fundo da Quinta do Rio», the author focus the farmhouse towards the everyday life and rural heritage.*

521

### Introdução

O texto que aqui se apresenta é o resultado de um trabalho de pesquisa ainda em curso que visa conhecer o espaço habitacional da Quinta do Rio e o modus-vivendi passado em Ramalde nos séculos XVIII e XIX, cujos resultados provisórios constituíram uma Dissertação de Mestrado em Arqueologia Medieval e Moderna<sup>2</sup>.

Sobre a história da Casa, então denominada Quinta dos Meireles, apenas se sabia que fora o Capitão Manoel da Silva Guimarães que edificara a Capela Setecentista, mas as informações a respeito das famílias da Casa, eram vagas e nebulosas. A primeira notícia a respeito do «Monumento» data de 5 de Maio de 1981, quando o Jornal de Notícias deu conta do seu valor patrimonial e histórico, mas em risco de desaparecer<sup>3</sup>. Em 1985, o

<sup>1</sup> Mestre em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>2</sup> CARNEIRO, Manuel Almeida – *Quinta do Rio: a vivência e o quotidiano em Ramalde (1756-1876)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Doutora Teresa Soeiro, 1999 (Texto policopiado).

<sup>3</sup> «Um desafio à sensibilidade da Câmara? "Quinta do Viso": Salvar a lavoura do século XVII - Na cidade de uma eira com 650 metros!». Jornal de Notícias (5-5-1981) 9.

*Imóvel* já se encontrava numa situação de abandono e semi-arruinado. Foi também nesse ano que a QR recebeu o estatuto de *Imóvel Classificado de Interesse Público*<sup>4</sup>, depois de um conturbado processo de expropriação desencadeado pelo Estado que punha em causa a sua preservação e salvaguarda<sup>5</sup>.

Posteriormente o Imóvel foi adquirido por Artur Brás que o reabilitou para fins de residência e a obra ficou a cargo do Arquitecto Manuel Teixeira de Carvalho, autor das plantas que em anexo publicamos e identificado pelas iniciais MTC (FIG. II ; FIG. III ; FIG. IV ; FIG. V).



FIG. I - Alçado Poente: o andar e a eira (1996)

### **Localização do «Monumento»**

A Quinta do Rio [QR] situa-se na cidade do Porto, mais precisamente na freguesia de Ramalde, entre a Travessa de Requesende e a Rua Direita do Viso, junto da bifurcação dos dois ribeiros que formam o espesso caudal da Ribeira da Granja, ou do Rio que deu nome à referida propriedade. Ocupa uma área com cerca de 21.000 m<sup>2</sup> de superfície, sobre uma linha de terrenos com 5 a 10% de inclinação<sup>6</sup>, à cota média de 70m de altitude.

<sup>4</sup> *Diário Republica* de 30 de Novembro de 1993; IPPC/IPPAR - I.I.P. - 45/93.

<sup>5</sup> A despacho do *Secretário de Estado da Habitação*; veja-se CLETO, J. - Quinta do Rio: da ruína à restauração. *Jornal de Ramalde*. Porto. Ano 1. Nº. 5 (Fev. 1991) 4.

<sup>6</sup> CMARA MUNICIPAL DO PORTOOO - *Mapa dos Declives da cidade do Porto*, escala 1:10.000;

## O percurso da Família Manoel da Silva Guimarães

Quem é Manoel da Silva Guimarães, cujo nome aparece inscrito no frontão do portal da Capela privativa erguida em 1764? Em diversos Livros da Secção Notarial do Segundo Cartório da cidade do Porto, Manoel da Silva Guimarães surge identificado como *homem de negócios* e morador em *Sima do Muro dos Banhos*, na cidade do Porto. Por exemplo, a 26 de Abril de 1757, sucede na qualidade de rendeiro principal das rendas, dízi-mas e sanjoaneiras da Baliagem de Leça<sup>7</sup>. Recebeu procuração do Comendador da Covilhã, datada de 22 de Fevereiro de 1756, para a renovação de todos os prazos da Comenda de St<sup>a</sup>. Eulália da Ordem de Malta<sup>8</sup>. A 1 de Setembro de 1759 é dado como *alferes* e morador na Quinta do Rio<sup>9</sup>. Ascendeu ao posto de Capitão das Ordenanças e recebeu a patente do Brigadeiro das Armas do Partido do Porto, João de Almada e Melo, a 16 de Julho de 1760, com todas as «honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas»<sup>10</sup>. Nos Livros Mistos dos Fundos Paroquiais de Ramalde, consta o assento do seu casamento com Antónia Maria de Jesus, celebrado em 19 de Setembro de 1756<sup>11</sup>. Era filho de António da Silva e de Rosa Ribeiro, natural do lugar da Fonte da Cova, freguesia de S. João da Ponte, no termo da *Vila* de Guimarães. Para celebrar o matrimónio Manoel da Silva Guimarães deu de *entrada* «um conto e quatrocentos mil réis»<sup>12</sup>; por sua vez a noiva foi dotada com *uma leira de terra lavradia e de mato* situada no Monte do Viso<sup>13</sup>, mais o *Casal do Moinho*, propriedade foreira do Marquês de Abrantes e de Fontes<sup>14</sup>, a título de prazo de vidas com uma renda anual de: *três alqueires de trigo, quatro alqueires de centeio, quatro e meio alqueires de milho, quinze alqueires de cevada, um carro de palha triga e uma galinha. Domínio de vinte um*<sup>15</sup>.

<sup>7</sup> ADP [Arquivo Distrital do Porto] - Secção Notarial - PO - 2º - Nº. 292, 1ª. Série, folº. -92v-93. 93v; e PO - 2º - Nº. 297, 1ª. Série, folº. 134v-135-135v-136-136v-137-137v-138-138v.

<sup>8</sup> AHMP [Arquivo Histórico Municipal do Porto] - FQR [Fundo Quinta do Rio], Docº. Nº. 2874 (448), folº. 4.

<sup>9</sup> ADP - Secção Notarial - PO - 2º - Nº. 296, 1ª. Série, folº.55-55v.

<sup>10</sup> AHMP - Ordenança, Eleição - Nomeação, Docº. Nº. 1234, folº. 260-260v.

<sup>11</sup> ADP - Fundos Paroquiais de Ramalde - Livros Mistos, PPRT 11 - Livro Nº. 4, folº. 154.

<sup>12</sup> Recolhemos esse informe através da declaração prestada por um inquirido aquando da devassa efectuada Corregedor do Crime da Corte, contra o Capitão Manoel da Silva Guimarães; IAN / TT [Instituto de Arquivos Nacionais Torre do Tombo] - Desembargo do Paço: Minho, mc., 44, Docº. Nº. 60 - Sumário das testemunhas- Inquiridos nº. 9 e nº. 39 [S./ nº. folº.].

<sup>13</sup> AHMP- FQR, Docº. Nº. 2693 (2) folº. 1 e seguintes.

<sup>14</sup> AHMP- FQR, Docº. Nº. 2874 (265) folº. 3.

<sup>15</sup> AHMP- FQR, Docº. Nº. 2693 (3), folº. 2.

O *Casal do Moinho* era então constituído pelos seguintes prédios: *Pomar de Cima, Campo de Meio ou cortinha de Baixo, Bouça da Fonte, Bouça Grande, Campo da Bouça do Meio, Campo de Feital, Campo do Rio, Bouça do Paúl e Campo da Cavadinha*<sup>16</sup>.

Feita a junção dos prédios ficou constituído o grosso dos bens de raiz da Quinta do Rio. Todavia, a mulher do Capitão de Ordenanças Manoel da Silva Guimarães detinha vários prazos e bens de raiz em Ramalde, em S. Mamede de Infesta, na cidade do Porto no termo de Guimarães<sup>17</sup>.

Tratavam-se, portanto, de famílias abastadas, possuidoras de cabedais imobiliários próximas da «pequena e média aristocracia rural» característica da região *Noroestina*<sup>18</sup>. Todavia, carece de fundamento que os seus membros tivessem ascendência nobre. No ano de 1807, Domingos Gonçalves Lopes, neto do Capitão Manoel da Silva Guimarães [I], apresenta às instâncias régias um *Processo de Justificação de Nobreza* com o fundamento de que era descendente das *antigas casas da nobreza do Reino*, tal como eram os *Silvas* e os *Martins*<sup>19</sup>. Se ainda hoje, a Casa de Santiago ostenta a pedra de armas brasonada dos Lopes, o mesmo não sucede na Casa do Rio.

O Capitão Manoel da Silva Guimarães lavrou testamento a 30 de Setembro de 1781 e após o seu falecimento, sucedeu no governo da *Casa* o seu filho homónimo que também enveredou pela carreira das armas no Regimento de Milícias da cidade do Porto<sup>20</sup>. Em 19 de Outubro de 1811, Manoel da Silva Guimarães (II) reformou-se no Posto de Major com o aval do Príncipe Regente<sup>21</sup>. Faleceu em 1818, no estado de solteiro, mas tinha um filho que foi desvalido na Roda dos Expostos da cidade do Porto e que veio a suceder na *Casa* após ter sido legitimado por testamento<sup>22</sup>.

<sup>16</sup> AHMP- FQR, Doc.<sup>o</sup>. N.<sup>o</sup>. 2693(3), fol.<sup>o</sup>. 8-12v.

<sup>17</sup> AHMP- FQR, Doc.<sup>o</sup>. N.<sup>o</sup>. 2874 (454), fol.<sup>o</sup>. 2.

<sup>18</sup> Cf. por exemplo OLIVEIRA, Aurélio de - A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII) - Alguns aspectos e problemas. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Sá da Costa Editora. N.<sup>o</sup>. 6 (Jul-Dez<sup>o</sup>- 1980) 1-56; CAPELA, José Viriato - *A Revolução do Minho de 1846. Os difíceis anos de implantação do liberalismo*. Braga: Edição do Governo Civil de Braga, 1996; FONSECA, Hélder - *A propriedade da terra em Portugal 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese*. In COSTA, Fernando Marques da ; DOMINGUES, Francisco Contente ; MONTEIRO, Nuno Gonçalves - (Organização) - *Do Antigo Regime ao Liberalismo - 1750-1850*. Lisboa: Vega, [189], p. 228.

<sup>19</sup> Sobre esta matéria cf. - MOREIRA, Alberto de Laura ; NÓBREGA, Vaz-Osório da - *Pedras de armas de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, 1960, pp. 146.

<sup>20</sup> AHMP- FQR, Doc.<sup>o</sup>. N.<sup>o</sup>. 2874 (511 ; 572).

<sup>21</sup> Arquivo Histórico Militar de Lisboa - Manoel da Silva Guimarães, Caixa 175.

<sup>22</sup> AHMP- FQR, Doc.<sup>o</sup>. N.<sup>o</sup>. 2874 (407), fol.<sup>o</sup>. 1v-2.

O Auto de Posse de todos os *prazos de vidas* da QR, datado de 1818, permitiu a Manoel da Silva Guimarães (III) tornar-se o herdeiro universal dos bens do seu progenitor. Tendo sido exposto na *Roda*, o então Segundo Sargento da Segunda Companhia do Batalhão de Caçadores Número Nove, tornou-se o sucessor directo «*de] todas as propriedades da mencionada Quinta asima dita, a sim como em todas as cazas della, e sua capella, e cazas a rendadas ao dito cazeiro Canastra, e sua cortinha, em todos os mais campos dos Prazos, e dizimos a Deos tanto brabios, como lavrarios, e suas pertenças, als]sim como todos os moveis, e semoventes grandes, piquenos, como são bois, e bacas, e huma besta molar, mais aves, como são patos, e perús, paus, e folhas mais petreixos de avogguarias de lavoura dita da qualidade, a sim como de varios petreixos de ferramenta do Monte, e adornos de casa como são varias alfaias de que se compoem a caza da mesma Quinta [...]*»<sup>23</sup>. Para além da QR, o património da Casa incluía também a «Propriedade do Seixo», que ficava em Ramalde, e a «Quinta da Devesa» localizada junto à Estrada Velha de Braga, em S. Mamede de Infesta<sup>24</sup>. O *Livro dos Bens de Raiz* que foi parcialmente redigido por Manoel da Silva Guimarães (II), refere a existência da *Casa da Devesa* com a respectiva capela, nestes termos: «*Item Mais elle dito cappitam junto a propriedade a Sima da Capella da Nossa Senhora da*

<sup>23</sup> AHMP- FQR, Doc.º. Nº.2874 (407), fol.º. 7-7v-8

<sup>24</sup> AHMP- FQR, Doc.º. Nº.2874 (407), fol.º. 8 e Doc.º. Nº.2874 (407), fol.º. 2v. Do rol dos imóveis que pertenciam à Quinta do Rio, estava o *Casal* ou a *Quinta da Devesa*, localizada em S. Mamede de Infesta. Era composta por casa sobrada e capela consagrada ao culto da Nossa Senhora da Apresentação, mais as terras de cultivo com águas de mina, horto e pomar. O FQR reúne alguma documentação a seu respeito: *certidões de autos cíveis de requerimento, de medição e de apegação de terras*, e que dizem respeito ao «Meio Casal da Devesa»; cf. AHMP - FQR, Doc.º. Nº. 2874 (103) (104) (105) (106) (108) (109) (110) (111). Era propriedade foreira da Baliagem de Leça e foi emprazada pelo Capitão de Ordenanças Manoel da Silva Guimarães (I), à qual chegou acrescentar diversas parcelas. Segundo a louvação de 1856, o *Casal* proporcionava anualmente uma renda de 88.000 réis. Marcelina Nogueira da Silva Guimarães tomou posse do *Casal da Devesa* em 11 de Outubro de 1856, mas já com o foro remido à Fazenda Nacional. Era então composta por «*Casas sobradadas com sua capella, à frente da Estrada Velha de Braga, aidos, palheiros, eira de pedra, casa da mesma, com sua cortinha de terra lavradia, e ramadas de vinho e mais pertenças*...»-AHMP- FQR, Doc.º. Nº. 2874 (425), fol.º. 70v-71-71v(...). Posteriormente Álvaro de Azevedo Meireles e a sua mulher, Júlia da Silva Pereira Magalhães, tomaram posse do dito casal. O Arquitecto Lobão Vital, que redigiu a Memória Descritiva relativa a obras de reabilitação da Casa-Museu do Professor Abel Salazar e dirigiu as obras de recuperação do Imóvel, presume a existência de um antigo solar adscrito à capela. Ao que parece, a primitiva construção foi derubada pelos finais do século XIX ou inícios do século XX, após ter sido adquirida por um emigrante provavelmente regressado do Brasil ou de África, para edificar uma nova habitação ao estilo «chalé suízo». Foi nesta casa que viveu até ao ano de 1946, o insigne Humanista Abel Salazar. Expressamos os nossos cordiais agradecimentos ao Professor Doutor Nuno Grande e a Sandra Gonçalves, as facilidades concedidas na consulta de documentos do Arquivo da Casa-Museu Abel Salazar.

*Apresentação e o que mais junto a ella e toda a agoa que sai do mesmo pumar tem a dita capella seu patrimonio como consta da escritura desse Patrimonio»*<sup>25</sup>.

A *Sentença Cível de Formal de Partilhas*, extraída dos *Autos de Inventário* realizado no ano de 1856, por morte de Manoel da Silva Guimarães (III), que não deixou descendência directa, refere a existência de «[b]um casal, chamado a *Quinta do Rio*, sita proxima à ponte de *Ramalde do Meio* [...] que consta de cazas nobres com seus andares, loja, aidos, palheiros, eira de pedra, e caza da eira, portão de ferro, Capella, e mais pertenças, pomar e cerca com suas águas de mina e noras, tanques ramadas com seus esteios de pedra terras lavradas e de mato, pinhais, devesas, com suas árvores de fructo, vinho, e espinho [...]»<sup>26</sup>.

Em 1856, o património familiar entrou na posse de Marcelina Nogueira da Silva Guimarães, filha de Joaquim Francisco da Conceição e de Ana Nogueira dos Reis, moradores no Lugar de Gondivai, na freguesia de Leça do Balio<sup>27</sup>. Para ter acesso à herança, a herdeira-sucedora devia dar *de entrada sete ou oito contos de réis*, como garantia das obrigações de dívida eventualmente existentes em nome de Manuel da Silva Guimarães [III], seu segundo primo. Esta exigência levou à concertação de um matrimónio favorecido com Henrique da Silva Pereira Magalhães, comerciante, filho de Jacinto da Silva Pereira, fundador da Fábrica de Fiação e Tecidos Jacinto, na cidade do Porto. Segundo refere a escritura dotal de 10 de Setembro de 1856<sup>28</sup>, o noivo entrou com 8.000\$000 réis e por sua vez a noiva dotou-se com todos os bens de raiz da Quinta do Rio<sup>29</sup>. O casal teve curta existência. Henrique faleceu em 1868, e no ano de 1876, finava-se Marcelina, aos 38 anos de idade<sup>30</sup>, deixando órfãos três filhos menores: Guilherme, Emília e Júlia.

Guilherme é o primeiro herdeiro mencionado no testamento de Marcelina<sup>31</sup>. A sua vida foi breve, pois faleceu no Rio de Janeiro vítima da febre amarela com 19 anos de idade<sup>32</sup>. Com efeito, na busca que fizemos

<sup>25</sup> AHMP - FQR, Docº. Nº. 2876, folº. 3.

<sup>26</sup> AHMP- FQR, Docº. Nº. 2874 (425), folº. 7v.

<sup>27</sup> Cf. AHMP- FQR, Docº. Nº. 2874 (536), folº. 1-1v.-2.

<sup>28</sup> AHMP- FQR, Docº. Nº.2874 (556), folº. 1-2 (...); cf. (557) (603).

<sup>29</sup> AHMP- FQR, Docº. Nº.2874 (556), folº. 1-2 (...).

<sup>30</sup> AHMP - FQR, Docº. Nº. 2874 (592), folº. 1v.; (626).

<sup>31</sup> AHMP. - FQR, Docº. Nº. 2874 (636), folº. 9-11v].

<sup>32</sup> *Conta de despesas feita por Constantino Nunes de Sá com o enterro e tratamento do finado Guilherme da Silva Pereira Magalhães em 6 de Junho de 1878*; A.H.M.P. - FQR, Docº. Nº. 2874 (638).

no Arquivo do Governo Civil do Porto demos com o registo do seu passaporte. Foi concedido em 2 de Março de 1878 e por um período de trinta dias<sup>33</sup>. Nele constam os detalhes da sua identidade individual: *idade 19 anos, estatura 1.66 m, rosto redondo, cabelos e olhos castanhos, boca regular (...) e caixeiro* de profissão.

As suas irmãs asseguraram a continuidade do património familiar e aliaram-se pelo matrimónio à família da Quinta das Virtudes. Emília da Silva Pereira Magalhães casou com Artur de Azevedo Meireles e Júlia da Silva Pereira Magalhães casou com Álvaro de Azevedo Meireles<sup>34</sup>. Desde então, o património ficou na posse dos herdeiros da Casa até aos anos de 1985<sup>35</sup>.

### Caracterização morfológica e construtiva

Como anteriormente vimos, a documentação escrita dá-nos conta da existência de várias casas que integravam os bens de raiz da propriedade: «*casas nobres com seus andares (...) capela (...) casas para caseiros (...)*, bem como as construções de apoio às actividades do campo.

Todas essas construções ainda se mantêm nos nossos dias, pese as alterações sofridas aquando das obras de reabilitação do *Imóvel* nos anos de 1990.

O portal da Quinta está virado a *Sul* e é composto por duas altas jambas de cantaria almofadada, rematadas por volutas com os respectivos *mecos* ou *piões* a resguardar a base. O portão é chapeado em ferro, decorado com motivos curvilíneos em forma de *S*. Ostenta na parte superior duas cartelas vazadas com as iniciais do nome do então proprietário Manoel da Silva Guimarães (III) e a data do seu fabrico<sup>36</sup> - MSG /18[52]<sup>37</sup>.

<sup>33</sup> ADP – Arquivo do Governo Civil do Porto – Registo de Passaportes – M 3313 – 1878 (Fevereiro) – 1879 (Janeiro), fol.<sup>o</sup>. 23v.

<sup>34</sup> AHMP- FQR, - Porto - 1881 - Maio, 25 - Escritura de contrato para casamento, que fazem Júlia da Silva Pereira Magalhães e Álvaro de Azevedo Meireles - Doc.<sup>o</sup>. N.<sup>o</sup>.2874 (655).

<sup>35</sup> Foi por essa razão que a propriedade se denominou "Quinta dos Meireles"; In *Casas do Porto (século XIV ao XIX). Documentos e Memórias para a História do Porto*. Porto. Vol. 31 (1961) [Foto n.<sup>o</sup>. 120].

<sup>36</sup> - Durante a intervenção das obras de reabilitação do imóvel, os dois últimos caracteres estavam parcialmente mutilados; - *MEMÓRIA DESCRITIVA e justificativa da Quinta do Rio proposta para a classificação de Imóvel de Interesse Público*. IPPC/IPPAR: Processo n.<sup>o</sup> 88/25 - 12(24) ; - I.I.P. - 45/93 de 30 de Novembro de 1993 (texto policopiado).

<sup>37</sup> No interior da propriedade, junto à capela, existe um lintel em granito contendo numa das faces a seguinte inscrição: - A - 1752. Desconhecemos a sua proveniência original.

Para *Nascente*, paralelo ao jardim circundante à *fachada Sul*, segue um muro rebocado capeado de granito recortado por dois largos mirantes com pináculos decorativos. Transposto o umbral da entrada, segue-se em direcção ao *passadiço* o qual estabelece dois níveis de acesso à Casa: um pelo lado da eira, através do lanço de escadas em direcção ao patamar superior da Casa, com o seguinte ritmo: *lanço-patamar-lanço* à esquerda-*patamar-eira-lanço* à direita-*alpendre*; o outro nível de acesso, passa sob o vão da passagem inferior do mesmo *passadiço* em direcção ao *terreiro* da *casa de raiz*, assim designada por ser anterior à construção da *ala nobilitada*.

### A Casa de Raiz

Aproveitando o afloramento rochoso existente, a primitiva casa agrícola situa-se dentro do prédio rústico, como aliás era característico das terras de Bouças - «[...] porque os habitantes fazem as cazas, aonde melhor conveniencia têm, [...] e sem mais vista para as estradas, ou caminbos, que as portas [...]» - como referem as *Memórias Paroquiais*<sup>38</sup>. A fachada principal, virada a *poente*, é composta por piso térreo e andar, com lanço de escadas em sentido ascendente em direcção ao alpendre do patim. O alpendre é sustentado por duas colunas de alvenaria, uma curta no topo do patim, e a outra mais alongada apoiada à base da escada.

As paredes, rebocadas de branco, são rasgadas por janelas com de caixilhos de vidraça em forma de guilhotina e com portadas interiores, com o seguinte ritmo: *janela / janela / janela / porta* - a que corresponde no piso térreo: *janela / porta das cortes do gado - janela / porta - porta da loja* - andar nobre - *janela-porta-janela*, alternado no piso térreo por - *porta-porta-porta*.

Com uma planta de tendência rectangular, o esquema funcional da *casa de raiz* pouco se diferencia das demais casas de lavoura existentes nos antigos arrabaldes do Porto<sup>39</sup>. No piso térreo distribuíam-se as dependências de uso doméstico, as *cortes* do gado e as *lojas*. A primitiva cozinha ocupava uma superfície com cerca de 22 m<sup>2</sup> e era utilizada pelo pessoal subalter-

<sup>38</sup> IAN/TT - *DICIONÁRIO GEOGRÁFICO de Portugal - Memórias Paroquiais de 1758; Vol. 31; Memória 6, fol<sup>os</sup>.8.*

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de ; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p.

no. Ainda se vê a cantareira de cantaria lavrada no vão da parede, dividida em duas por uma laje ao centro. A cozinha comunicava com as cortes do gado, por via de uma abertura (agora entaipada) em arco quebrado de cantaria grossa, onde ficava a manjedoura, o que prova que também aqui era estreita a coabitação entre as pessoas e os animais<sup>40</sup>. Do lado oposto a este, acede-se a um compartimento de lajedo que evidencia resíduos de salitre, facto que nos leva a supor que aqui ficava a salgadeira.

Adiante segue-se uma divisão intermédia que comunica com o sobrado através de uma escada de cantaria de um só lanço e fechada por um alçapão. Na extremidade vemos um compartimento que chegou a ser utilizado pelos servidores da Casa. É servido por degraus no limiar da entrada dado o desnível existente no pavimento. Na linha superior das paredes sobressaem os potentes cachorros de cantaria que suportam o madeiramento do tecto.

Como se referiu, o acesso ao piso superior da *Casa de raiz* faz-se através da escada exterior que vai do terreiro ao patamar superior da entrada. No sobrado, ficava a cozinha e a sala de jantar. Ambas as divisões estavam separadas por uma divisória de tabuado e comunicavam entre si através de uma porta emoldurada em madeira de castanho com um goivado ricamente trabalhado. A padieira, em forma de arquitrave, é preenchida por motivos de inspiração vegetalista e os umbrais ostentam formas côncavas oblongas.

O tecto da cozinha era coberto de *telha-vã*. Uma chaminé, já desaparecida, apoiava-se nas paredes laterais por uma trave de *lés-a-lés*<sup>41</sup>. Não tivemos oportunidade de conhecer o *poial de alvenaria do forno* que ficava ao canto esquerdo da chaminé, nem o fogão de ferro a lenha que não foi recuperado devido ao seu mau estado de conservação.

Tanto quanto foi possível apurar, os trastes da cozinha resumiam-se às peças mais elementares: uma mesa e bancos, uma banca de pedra para a loiça e uma masseira<sup>42</sup>. Permanece o depósito d'água, todo ele executado

<sup>40</sup> Cf. OLIVEIRA, Ernesto Veiga de ; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional (...)*, p. 50 e seguintes.

<sup>41</sup> Na reconstituição morfológica e funcional da QR, baseamo-nos no texto da *MEMÓRIA DESCRITIVA e justificativa proposta para a classificação da Quinta do Rio como Imóvel de Interesse Público*. IPPC/IPPAR - I.I.P.- 45/93 de 30 de Novembro de 1993 (texto policopiado).

<sup>42</sup> Ao longo deste estudo socorremo-nos dos relatos orais seguindo as sugestões propostas por THOMPSON, Paul - *The voice of the past*. Oral history. Oxford: Oxford University Press [1ª. edição 1978], 1988; neste âmbito, contamos com a preciosa colaboração dos ex-caseiros da QR: Fernando Amorim, Júlia Silva e Maria Emília Azevedo, a quem desde já agradecemos a generosa colaboração.

em granito e que abastecia a cozinha do andar fazendo-se a cântaro o seu enchimento. No vão da parede da sala de jantar sobressai a cantareira. Porém, esta é mais aparatosa que a existente no piso térreo (200X125 cm aprox.), emoldurada em cantaria fina, com uma laje ao centro, sendo a parte superior saliente por uma cornija sobrepujada por um nicho de formato semi-oblongo. Aí se guardavam os cântaros, as bilhas de água fresca, as malgas, os potes e os candeeiros antigos, como era vulgar ver-se nas antigas casas rurais<sup>43</sup>.

A cozinha e a sala de jantar são servidas por um corredor, o mesmo através do qual se acede ao quarto dos hóspedes e às latrinas<sup>44</sup>. Estas eram compostas por duas retretes de madeira com lavabos ao lado. As dejectões eram evacuadas através dos orifícios encanados directamente para uma fossa granítica aberta no solo. Como em geral sucedia nas habitações burguesas, as cozinhas e as latrinas, eram os «espaços de rejeição» da Casa<sup>45</sup>. A coabitação de animais e de pessoas na cozinha do piso térreo, perdurou até aos nossos dias, sendo notória a falta de higiene e de salubridade. A cozinha do piso superior, que era apenas utilizada pelos donos da casa, apresentava as paredes enegrecidas pelos fumos e a cobertura de telha-vã.

Na fachada posterior da *casa de raiz*, vêem-se seis rasgos no piso superior: *janela / fresta-fresta / janela/janela* - alternada no térreo por três portas, sendo uma correspondente à parte habitada e as outras duas do edifício das *cortes do gado*.

### Uma Casa rural "nobilitada"

Se a capela existia no ano de 1764, como prova a inscrição epigráfica existente<sup>46</sup>, sobre a «casa nobre» - como expressa a documentação escrita - não sabemos a data exacta da sua edificação. Não obstante a ausência do

<sup>43</sup> Cf. VASCONCELOS, Carolina Michaelis de - *Algumas palavras a respeito de Púcaros de Portugal*. 4ª. edição. Lisboa: José Antunes Ribeiro, 1988, pp.24-25; segundo a autora citada, a *cantareira* aparece nas obras de Francisco de Moraes, autor do *Palmeirim de Inglaterra*, e no *Diálogo sobre a Ressurreição* escrito por Gil Vicente. Aquilino Ribeiro dá-nos também um interessante apontamento a respeito deste elemento na caracterização da casa tradicional beirã; cf. - *Arcas encoiradas*. 5ª. edição. Venda Nova : Bertrand Editora, 1995, p. 131.

<sup>44</sup> Informação oral prestada por *Maria Emília Azevedo*.

<sup>45</sup> GUERRAND, Roger-Henri - *Espaços privados. História da Vida Privada. (Da Revolução à Grande Guerra)*. Direcção de Philippe Ariès e de Georges Duby. Porto: Afrontamento, 1990, p. 337.

<sup>46</sup> Veja-se a sua transcrição no Item *A Capela de Santo António*.

contrato de risco de obras de pedraria, pode afirmar-se que foi o Capitão Manoel da Silva Guimarães que ampliou a casa de raiz, edificou a *ala nobilitada* e renovou as construções adjacentes.

Através de uma fonte disponível no Instituto de Arquivos Nacionais Torre do Tombo [AN/ TT], rastreamos os informes que, de certo modo, contribuem para aclarar as questões relacionadas com a sua edificação. Em 1768, o Capitão de Ordenanças de Ramalde foi denunciado junto das instâncias régias, por erguer construções sumptuárias à custa de ilícitos:

«[...] *bé serto dezer que foi cappitam sem outros abonos maiz do que dis ser Eregio Capella e Casas sumptuosas, multiplicando fazendas, compelin-do que pobrez subditos aquem gratuitamente lhas travallhem [...] pervari-cando na sua obrigaçam tem extorquido daquelle territorio muitos mil cruzados [...]*»<sup>47</sup>.

Atente-se ao sentido da expressão: «casas sumptuosas». Os suplicantes são de Ramalde, conhecem bem a traça admirável dos edifícios riscados por Nasoni. Se nesse tempo, a propriedade se restringisse apenas ao traçado da *casa de raiz*, ou da *casa secundária* que se vê contígua à capela, o teor da denúncia seria infundado. Portanto, a «casa nobre» era já visível nesse tempo, ou seja, em plena Era Pombalina.

Na devassa conduzida pelo Corregedor do Crime da Relação do Porto, um dos inquiridos referiu que «*seis anos antes*» [...] «*pouco mais ou menos*» - o Capitão fizera obras na Casa e chamara «*por favor*» uns lavradores para lhe levarem «*alguns carros de pedra*»<sup>48</sup>.

Ao que tudo indica, foi o seu herdeiro-sucessor que concluiu a obra. Entre 21 e 26 de Junho de 1796, Manoel da Silva Guimarães (II) contraiu diversos empréstimos para fazer «o aumento da Casa e pagar a legítima dos seus irmãos»<sup>49</sup>. Em 1818, o seu descendente directo e homónimo deu posse «*del todas as casas [da QR] e sua capella*»<sup>50</sup>.

Quando, em 1856, Marcelina Nogueira da Silva Guimarães se tornou a herdeira universal da propriedade, deu posse «*[das] casas nobres com seus*

<sup>47</sup> IAN / TT - Desembargo do Paço: Minho, mç., 44, Doc.º. Nº. 60.

<sup>48</sup> IAN / TT - Desembargo do Paço: Minho, mç., 44, Doc.º. Nº. 60 - Sumário das testemunhas - Inquirido nº. 13.

<sup>49</sup> AHMP- FQR, Doc.º. Nº. 2874 (466) (467).

<sup>50</sup> AHMP - FQR, Doc.º. Nº. 2874 (407), fol.º. 7v.

*andares [...] eira de pedra, e caza da eira, portão de ferro, Capella, e mais pertenças»*<sup>51</sup>, e tudo indica que o espaço edificado não sofreu alterações nos anos seguintes, senão vejamos: o seu testamento, datado de 14 de Setembro de 1875, nas notas do tabelião interino, Joaquim Dias de Sousa Aroso, do Concelho de Bouças, expressa que a proprietária da Casa do Rio residia em Cedofeita, na cidade do Porto<sup>52</sup>. O mesmo sucedeu com os seus descendentes, nomeadamente Júlia da Silva Pereira Magalhães, que residiu na Rua de Vilar nº. 9, na cidade do Porto<sup>53</sup>; e sua irmã, Emília da Silva Pereira Magalhães, que morou na Avenida da Boavista nº 169<sup>54</sup>.

Dotada no seu conjunto de uma apurada qualidade arquitectónica, o andar nobre desenvolve-se perpendicular à *casa de raiz*, com rés-do-chão e andar. O alçado divide-se em três secções repartido por pilastras de cantaria lavrada que se acentuam junto à cornija em forma de capitéis. Apesar da tendência simétrica do alçado, este esforço não é de todo conseguido devido à disposição irregular dos rasgos do piso térreo. No nível superior, projectam-se as janelas de peitoril e de sacada com seguinte movimento rítmico: *sacada / janela / sacada*, a que corresponde no piso térreo: *janela / janela - vão redondo na secção central* - mas com ritmo simétrico no piso enobrecido: *janela / sacada - janela / sacada*. As janelas de peito, apresentam alizares lisos e ornamentos em forma de sino junto à base do peitoril. As janelas de sacada, possuem balcões com laçarias em ferro forjado apoiadas sobre mísulas, segundo o esquema arquitectónico das construções Setecentistas<sup>55</sup>.

Sensivelmente a meio da fachada vê-se um arco de volta redonda de cantaria almofadada, com o saimel das aduelas assentes sobre a imposta granítica da base. O vão, com cerca de 4,5 m de diâmetro, permite o acesso à casa dos lagares e da adega, bem como às estrebarias. Atravessando a passagem inferior de lajedo, observam--se diferentes marcas de silhar e cachorros graníticos salientes nas paredes do andar, facto que evidencia a sobreposição da *ala nobilitada* com a estrutura da *casa dos lagares*.

<sup>51</sup> AHMP - FQR, Doc.º. Nº. 2874 (425).

<sup>52</sup> AHMP - FQR Doc.º. Nº. 2874 (636) f.º. 9.

<sup>53</sup> AHMP - FQR Doc.º. Nº. 2874 (664).

<sup>54</sup> AHMP - FQR Doc.º. Nº. 2874 (663).

<sup>55</sup> Cf. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros - A Casa Nobre no Porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo. *Poligrafia*. Arouca. Centro de estudos D. Domingos de Pinho Brandão. Nº. 4 (1995) 29.

O alçado nascente apresenta três largos rasgos que repetem o esquema modular das janelas da fachada enobrecida. O principal núcleo habitacional é coberto por um telhado de quatro águas, com telha *marselhesa*.

O FQR reserva informação escassa no que refere a obras e reparações da Casa, mas inclui o recibo da despesa de obras de reparação da cobertura da Casa, datado de 7 de Janeiro de 1868. Nele consta que o carpinteiro Domingos de Faria Leitão comprara nos Guindais, por conta de Henrique da Silva Pereira de Magalhães: «5 duzias e meia de barrotes de castanho de nove palmos de alto a 950 réis = 4:275 réis; por meia duzia de frichães de 14 palmos a 220 réis cada hum = 1:320 réis; por três terças de 24 palmos = 3:300 réis; por dous páos de 20 palmos para a trauva - 980 réis; [perfazendo um total de] = 9.875 réis» - para fazer a armação da *Casa de Ramalde* <sup>56</sup>.

A planta em forma de L, deriva da junção da *casa de raiz* com a *ala nobilitada*. O piso superior, é composto por salas de estar, alcovas e quartos, com cerca de 250cm de pé direito. Os tectos eram forrados de madeira<sup>57</sup>, conforme narra o texto da *Memória Descritiva* <sup>58</sup>. O tecto da sala de jantar - S1- tinha o travejamento do telhado descoberto, mas com o forro bem aparelhado, «apresentando nas faces inferiores, dois sulcos paralelos, no sentido do comprimento, e de nítida intenção decorativa» <sup>59</sup>. Nas restantes salas, S2 e S3, os tectos eram forrados com o sistema de *camisa e saia* e em masseira octogonal, como nas casas senhoriais do século XVIII<sup>60</sup>, enquanto o da S4, que corresponde ao flanco *sul-nascente*, era em madeira pintado de branco de modo a «imitar o estuque»<sup>61</sup>. As janelas, de peitoril e de sacada, têm portadas interiores e assentos de pedra nas ombreiras.

Os dois quartos da ala *nobilitada*, eram utilizados exclusivamente pelos principais membros da Casa; uma das salas (S3) integrava duas alcovas e o quarto dos hóspedes ficava na *casa de raiz* <sup>62</sup>.

<sup>56</sup> AHMP- FQR, Doc.º. Nº. 2874 (302).

<sup>57</sup> Não nos foi possível fazer registo fotográfico dos primitivos tectos uma vez que estes foram demantelados durante as obras de renovação do imóvel.

<sup>58</sup> Cf. - *MEMÓRIA DESCRITIVA e justificativa da Quinta do Rio proposta para a classificação de Imóvel de Interesse Público*. IPPC/IPPAR: Processo nº 88/25 - 12(24) ; - I.I.P. - 45/93 de 30 de Novembro de 1993.

<sup>59</sup> Cf. - *MEMÓRIA DESCRITIVA e justificativa da Quinta do Rio (...) 1993*.

<sup>60</sup> Cf. AZEVEDO, Carlos - *Solares Portugueses*. 2ª. edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, pp. 73-74.

<sup>61</sup> Cf. *MEMÓRIA DESCRITIVA e justificativa (...)*.

<sup>62</sup> Informação oral prestada por *Maria Emília Azevedo*

A notícia vinda a lume no JN, a que já nos referimos no início deste texto, faz alusão ao «quarto do frade»<sup>63</sup>. O referido aposento fica situado a Poente da ala nobilitada, junto ao alpendre (FIG. I). A sua reduzida área, cerca de 8m<sup>2</sup>, não nos parece que fosse adequada para dar guarida a um clérigo. Tanto quanto foi possível apurar junto de testemunhos orais, este aposento servia de dormitório ao moço da casa<sup>64</sup>.

A QR engloba mais dois espaços habitacionais de pequenas dimensões: a «Casa Secundária» e a «Casa dos Caseiros». A primeira, é composta por piso térreo e andar, e situa-se entre a capela e o portal. A fachada é lisa, rasgada por três janelas com caixilhos de vidraça em forma de guilhotina que alternam com os dois postigos térreos. Por ser uma construção independente, possui um telhado próprio de quatro águas recoberto por telhas de meia cana. O alpendre de madeira, que serve a sua única entrada, é uma solução recente. Desconhecemos como se repartiam os interiores. Conjecturara-se que esta construção possa remontar aos finais do século XVIII, quando Manoel da Silva Guimarães II, na qualidade de herdeiro-sucessor, se viu obrigado a cumprir com a reserva das casas exigidas pelos seus co-herdeiros.

534

### Móveis e objectos

Segundo o estudo de Nuno Luís MADUREIRA, o tipo de residência e de mobiliário propriedade dos militares com patentes intermédias (inclusive de ordenanças), aproximava-se do património dos estratos privilegiados da sociedade lisboeta, entre 1740 e 1830. Sê-lo-ia também aqui? Paradoxalmente, o FQR é frugal nesta matéria.

A documentação escrita dá-nos conta da existência de móveis requintados de madeira importada e algum equipamento de ler e escrever. O mobiliário dos quartos era muito elementar, sendo composto por uma *cama*, uma *mesa*, uma *mesinha de cabeceira* e uma *cadeira*. Por exemplo, após o falecimento do seu primo Manoel da Silva Guimarães (III), Clara Lopes e Silva foi contemplada com uma *meia cómoda*, uma *mesa*, *um leito de madeira estrangeira com um colchão, [e] duas cadeiras (...)*<sup>66</sup>.

<sup>63</sup> Cf. - "QUINTA DO VISO": Salvar a lavoura do século XVII. *Jornal de Notícias*. Porto. (5-5-1981) 9.

<sup>64</sup> Informação oral prestada por *Maria Emília Azevedo*.

<sup>65</sup> MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade: Espaço e quotidiano* - Lisboa 1740 -1830. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, pp. 136-138.

<sup>66</sup> Testamento datado de 5 de Setembro de 1851; AHMP- FQR, Doc.º. Nº. 2874 (536), fol.º. 2.

Segundo fonte oral<sup>67</sup>, a Casa exibia peças de armaria cujo paradeiro hoje se desconhece. No entanto, reúne um rico acervo de instrumentos musicais, nomeadamente cavaquinhos, violinos e flautas, bem como um piano com a patente *Collard-Collard-Clement Lat*, atribuível ao ano de 1818. O FQR contém um «caderno de estudo musical» datado de 1846<sup>68</sup>. Henrique da Silva Pereira Magalhães legou em testamento a sua *viola francesa - com a sua competente caixa mais a música -, uma rebeca e uma flauta*, bem como as poesias de Bocage, de Pizarro, de António Feliciano de Castilho e de Filinto, o que reflecte a importância da música e da literatura no quotidiano da Casa no Século XIX.

### A Capela de Santo António

A Capela de Santo António é o traço distintivo da Casa, símbolo da opulência e da magnificência dos seus proprietários. É também o único edifício da propriedade que comunica directamente com o espaço público. O *Imóvel* ficou arruinado, à excepção da frontaria que ficou intacta.

A intenção de construir uma capela com invocação a Santo António<sup>69</sup>, está patente na petição feita por Manoel da Silva Guimarães à Câmara Eclesiástica do Bispado do Porto, no ano de 1763. Como *prova de necessidade*<sup>70</sup> para a sua construção, o proprietário alegou o mau estado dos caminhos que, sobretudo durante o inverno, dificultava o cumprimento das suas necessidades de culto, bem como a dos fiéis das *aldeias* circunvizinhas. O pároco de Ramalde, Francisco Mateus Xavier de Carvalho, deu parecer favorável à sua edificação, em virtude do sítio<sup>71</sup> - *ser] alto, deza-fogado, sem immundices e com alguma vezinhança, nem tem humidades[...]*<sup>72</sup>.

<sup>67</sup> Informação oral prestada por *Fernando Amorim, Júlia Silva e Maria Emília Azevedo*.

<sup>68</sup> AHMP- FQR - [Caderno de estudo, contendo apontamentos sobre música], [1846] - Doc.<sup>o</sup> n.º. 2693 (22).

<sup>69</sup> Erroneamente foi-lhe atribuído o orago da *Nossa Senhora do Porto*; veja-se: CLETO, Joel - *A Quinta do Rio em Ramalde. Breves notas a propósito da sua declaração como Imóvel de Interesse Público*, in *O Tripeiro*, Porto. Série Nova, Ano V. 3, (1986) 73-74, e do mesmo modo, no *INVENTÁRIO artístico de Portugal - cidade do Porto*. Academia Nacional de Belas-Artes. Lisboa, 1995, XIII, p. 102 ; o que não corresponde à verdade. Ainda hoje o culto da *Nossa Senhora do Porto* se faz na *nova Igreja* do mesmo nome, na Rua de Requesende.

<sup>70</sup> Acerca do função sócio-religiosa dos fundadores de capelas, veja-se o estudo do Professor José MARQUES - *A capela aberta de S. Tiago de Barbeita* - Monção. Viana do Castelo, 1987.

<sup>71</sup> AHMP Fundo da Quinta do Rio, 2693 (9), fol.<sup>o</sup>. 3v-4..

<sup>72</sup> Idem, *Ibidem*.

A «licença» para a erecção da capela foi exarada a 9 de Agosto de 1764<sup>73</sup>, com a condição de que a capela tivesse a porta principal para a rua, «*ou pateo das cazas da dita quinta, e [...] livre de todo o uzo do domestico [...]*», e depois de acabada, possuir todos «*os ornamentos necessarios, e patrimonio corrente [...]*»<sup>74</sup>.

Para a fábrica da capela, Manoel da Silva Guimarães tinha de assegurar património suficiente para a manutenção dos officios divinos. Para esse efeito, adquiriu a Damião de Sousa Botelho Lucena, seis leiras de terra lavradia e de mato, mais as bouças: dos *Outeiros*, do *Padrão*, da *Cancela*, da *Feiteira*, da *Detrás* e a bouça *Da Metade*, localizadas na freguesia de Leça do Balio<sup>75</sup>, por 39.300 réis<sup>76</sup>. O rendimento anual destes prédios atingia os quatrocentos mil réis, para garantir a manutenção do culto com «bom ornato e decência»<sup>77</sup>.

Não estamos documentados a respeito do risco das obras de pedraria. Verificamos, porém, que a traça do edifício acusa evidentes analogias com a Capela de S. Roque, localizada no 2.º Cemitério Municipal de Sendim em Matosinhos<sup>78</sup>.

A Capela está deslocada em relação à Casa principal e não se sabe se foi edificada de raiz ou se reutilizou um espaço já sacralizado. A *Sentença Cível* relativa ao Património da Capela, refere que a mesma fora «novamente erecta»<sup>79</sup>, mas não termos provas da existência de uma anterior edificação. O adro sofreu um ligeiro recuo por força do realinhamento da Rua Direita do Viso<sup>80</sup>. É formado por um recinto murado que envolve a escadaria semicircular com cinco degraus. A fachada, de risco simples, denota apreciável erudição arquitectónica e decorativa. O portal axial, é realçado pelo fino labor das pilastras em granito que terminam em voluta junto à base. Sensivelmente à meia altura, abrem-se dois óculos polilobados, um em cada lado, rematados por folhas de acanto.

<sup>73</sup> AHMP- FQR, Doc.º. Nº.2693 (8).

<sup>74</sup> AHMP- FQR, Doc.º. Nº.2693 (9) fol.º. 4v-5 .

<sup>75</sup> ADP, - Secção Notarial - PO - 2.º. - Nº. 305 - 1.ª. Série, fol.º. 85 v- 86.

<sup>76</sup> A ratificação do contrato de compra e venda, foi firmado pelos intervenientes, em 16 de Julho de 1764; Cf. - ADP, - Secção Notarial - PO - 2.º. - Nº. 306 - 1.ª. Série, fol.º.16-17.

<sup>77</sup> AHMP- FQR, Doc.º. Nº.2693 (9) fol.º.13; ADP, - Secção Notarial - PO - 2.º. - Nº. 305 - 1.ª. Série, fol.º. 86

<sup>78</sup> A reconstrução da capela tem seguido de perto o modelo da Capela de S. Roque; in [*Memória descritiva da Quinta do Rio*] - *Licença de obras de 2.ª.classe nº 81/88*. Câmara Municipal do Porto - Direcção dos Serviços de Urbanização - Divisão das Edificações Urbanas (texto policopiado).

<sup>79</sup> AHMP - FQR, Doc.º. Nº. 2693 (8).

<sup>80</sup> Projecto de Estrada Municipal de 3.ª. Ordem da Cruz de Francos a Guifões - Primeiro lanço da Cruz de Francos à Senhora da Hora (limite da freguesia de Ramalde) -Extensão 2:299,50m - Planta Cadastral-Escala 1/1000. Matosinhos.

O frontão, que sobrepuja o portal, é a principal nota valorativa do edifício. A cornija em forma de asa de morcego, é entrelaçada por uma grinalda com uma pluma ao centro de dois motivos ornamentais de gosto fitomórfico. De sublinhar a presença de uma inscrição epigráfica com o nome do fundador e o ano da sua construção:

**ESTA CAPE / LA MANDOU / FAZER O CAPITAM /  
MANOEL DA SILVA GUIM(arães) / 1764.**<sup>81</sup>

O frontão superior contracurvado é rematado por uma cruz trilobada, rasgado por um óculo polilobado encimado por uma folha de acanto. Os cunhais são rematados em forma de esfera. Do lado nascente, é servido por duas entradas; uma, com serventia directa à epístola; a outra, serve o coro por via de uma escadaria granítica que parte do exterior (mas dentro da propriedade) com dois lanços de degraus em ângulo recto. Do mesmo lado sobressai o campanário em forma de arco, mas já sem a sineta. A abside apresenta uma parede cega rebocada, rematada por uma cimalha triangular com uma cruz trilobada no vértice.

A capela, de uma só nave, tem uma área aproximada de 48m<sup>2</sup>. Do recheio da Capela do Rio apenas restam alguns fragmentos do retábulo de talha e a pia de água benta. O interior, com pavimento em granito, evidencia duas cavidades sepulcrais, mas já sem as respectivas lajes. Ambas as sepulturas apresentam um formato rectangular com rebordo para encaixe da tampa.

A intenção em utilizar este espaço para fins de enterramento vem expressa no testamento do Capitão de Ordenanças Manoel da Silva Guimarães que desejava ficar sepultado na capela envolto num hábito de S. Francisco, ou «não cabendo» dentro da Igreja de Ramalde<sup>82</sup>. O mesmo desejou o seu herdeiro-sucessor, o Major de Milícias Manoel da Silva Guimarães (II); bem como o seu descendente e homónimo que desejava ficar sepultado «[n]a parte do Evangelho», caso não houvesse impedimento<sup>83</sup>, como expressou em testamento no ano de 1851. Já a mulher do

<sup>81</sup> O referido campo epigráfico apresenta-se actualmente bem legível à excepção do segundo carácter. Hélder PACHECO não o decifrou correctamente, embora reconheça que a capela foi edificada no século XVIII; Cf. *Porto*. 1ª. edição. Lisboa: Editorial Presença, 1984, pp. 55. A mesma inexactidão consta no *Inventário artístico de Portugal - cidade do Porto*. Lisboa. 1995, XIII, p. 102.

<sup>82</sup> AHMP - FQR, Doc<sup>o</sup>. N<sup>o</sup>. 2874 (451), fol<sup>o</sup>. 1-1v..

<sup>83</sup> AHMP, - FQR, Doc<sup>o</sup>. N<sup>o</sup>. 2874 (536), fol<sup>o</sup>. 1.

Capitão Manoel da Silva Guimarães (I), Antónia Maria de Jesus, desejou ficar sepultada dentro da Igreja de Ramalde, amortalhada num hábito de *Religiosa da Nossa Senhora do Carmo* <sup>84</sup>.

Com uma nave de dimensões exíguas, a Capela de Santo António não recebeu a adesão dos fiéis. Foi por essa razão que, em 11 de Abril de 1857, Henrique da Silva Pereira Magalhães pediu ao Bispado a cessação do culto religioso na sua capela, em virtude da «*mui pouca concorrência do pòvo, pois que até mesmo em alguns dias se acha[va] devoluta, e somente com a família do suplicante [...]*» <sup>85</sup>.

### **As Casas da eira**

No que concerne à rendibilidade das terras da propriedade, os elementos disponíveis para já são bastante parcimoniosos. Os *cadernos de colheitas*, fornecem-nos informações avulsas mas muito incompletas. Tendo em conta a existência de documentação escrita na posse da família Meireles e do proprietário actual, esperamos que oportunamente possam surgir novos dados neste domínio. Passemos a análise descritiva do espaço produtivo da Casa.

A eira é o espaço mais airoso da Casa. Trata-se de uma superfície granítica quadrangular com cerca de 312m<sup>2</sup> de área. Comunica no sentido Nascente, com o alpendre do andar nobre através do passadiço (FIG. I). É servida por duas casas-celeiro de estrutura simples, com aberturas para a zona de secagem. Ambas as construções são de planta rectangular, possuem telhado próprio e assemelham-se a casas de habitação. De referir que estas edificações constam assinaladas na Planta de Teles Ferreira de 1892.

### **A Casa dos lagares e da adega**

O Arquivo de Famílias da Casa, referencia o cultivo da vinha e também do vinho. Só o Campo da Vinha Grande situado «*[...]próximo à quinta terra lavradia cercada de paredes em volta com arvores de vinho água de rega e lima com sua lima do Ribeiro com seu engenbo d`agua, [...]*» <sup>86</sup>, con-

<sup>84</sup> AHMP - FQR, Doc.<sup>o</sup>. N.<sup>o</sup>. 2874 (454), fol.<sup>o</sup>. 1v.

<sup>85</sup> Cf. AHMP- FQR, Doc.<sup>o</sup>. N.<sup>o</sup>. 2874 (299).

<sup>86</sup> AHMP- FQR, Doc.<sup>o</sup>. N.<sup>o</sup>. 2874 (618), fol.<sup>o</sup>. 27-27v.

tribuía para a produção anual de cinco pipas de vinho<sup>87</sup>. O acesso aos Lagares e da adega, faz-se apenas pelo piso térreo, sob a arcada da fachada nobre. Como se referiu, vêem-se aqui diferentes marcas de silhar, facto que evidencia a sobreposição da ala nobilitada com a casa dos lagares. O seu interior é formada por dois compartimentos: um destinado ao armazenamento e à conservação do vinho, e o outro ao seu fabrico. É neste compartimento que estão as duas lagaretas de contrapeso, aparelhados pelo sistema de feixe, parafuso, peso ou contrapeso<sup>88</sup>.

Ao lado da casa dos lagares, ficavam as estrebarias. Trata-se de um edifício autónomo, servido num dos lados por uma escadaria pétrica. No piso térreo ficavam as manjedouras e o piso superior servia de armazenamento de alimento para os animais e eventualmente para a guarida do criado.

### Áreas de horto e de jardim

A QR conserva dentro do seu perímetro uma extensa área verde, composta por terrenos de horto e talhões de cultivo, arborizada por castanheiros, oliveiras e carvalhos. A norte da propriedade, nos terrenos que estão agora na posse da *Escola Prática de Transmissões do Porto*, existia um poço com um engenho accionado por bois<sup>89</sup>. A QR conserva um poço de cantaria com o respectivo engenho de ferro fundido, fabricado na «Fábrica de Massarelos»<sup>90</sup>. Ainda hoje funciona e envia água para as instalações agrícolas. Restam também peças ornamentais em granito, mas já fragmentadas, e uma taça d'água, cuja origem exacta por ora se desconhece, mas que supostamente integrava o recinto ajardinado.

A que época remonta o «ajardinamento» da Quinta?

Ilídio Araújo remete-o para os finais do século XVIII e inícios da primeira metade do século XIX<sup>91</sup>. Delineado em rectângulo, frondoso e sem-

<sup>87</sup> AHMP- FQR, Doc.<sup>o</sup>. Nº. 2874 (425), fol.<sup>o</sup>. 9.

<sup>88</sup> O engenho revela semelhanças com o tipo de lagares descrito por SOEIRO, Teresa - *O Progresso também chegou a Penafiel: Resistência e Mudança na Cultura, 1741-1910*. Dissertação em Doutoramento de Pré-História e Arqueologia à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, p. 668 (texto policopiado).

<sup>89</sup> Informação oral prestada por *Maria Júlia*.

<sup>90</sup> Sobre este tipo de aparelhos veja-se: DIAS, Jorge ; GALHANO, Fernando- *Aparelhos de elevar a água de rega. Contribuição para o estudo do regadio em Portugal*. 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Dom Quixote, 1986, pp. 101,102.

<sup>91</sup> Ilídio ARAÚJO situa o ajardinamento da QR, entre 1750 e a primeira metade do século XIX; cf. - A tradição da arte da jardinagem na região do Porto. *O Tripeiro*. Série Nova. Ano VIII. N.<sup>o</sup>. 11-12 (Nov. - Dez. -1989) 344-345.

pre verde, é preenchido por vegetação exótica: japoneiras, austrálias e palmeiras. Porém, apesar do esforço decorativo dos seus elementos naturais e ornamentos esculpidos, a Casa nunca deixou de reflectir a sua peculiar feição agrícola.

### **Em jeito de conclusão**

Conclui-se que o valor patrimonial do *Imóvel* é relevante e documenta uma das facetas da história da cidade do Porto por desvendar. Fazer o seu estudo implica conhecer o ambiente social, económico e cultural da *Casa*, muito para lá da abordagem meramente superficial das tipologias arquitectónicas<sup>92</sup>. Mas a tarefa não é fácil e o tema não tem sido encarado com a devida seriedade. A Casa é um microcosmo assaz e complexo. Neste domínio, a *arqueologia*, a *história social* e a *patrimonologia*, têm proporcionado novas frentes de investigação e contribuído para uma nova visão do tema.

Estando as "coisas" neste ponto, vale a pena concluir o texto parafraseando Marguerite Yourcenar *«Faça-se o que se fizer, reconstrói-se sempre o monumento à nossa maneira. Mas já é muito empregar somente pedras autênticas»*<sup>93</sup>.

---

<sup>92</sup> As implicações sociais e económicas da Casa, bem como o impacto das transformações urbanísticas em Ramalde a partir dos finais do Século XIX, foram parcialmente tratadas na nossa Dissertação.

<sup>93</sup> In *As Memórias de Adriano*. 7ª. edição. Lisboa:Ulisseia, 1991, p. 265.

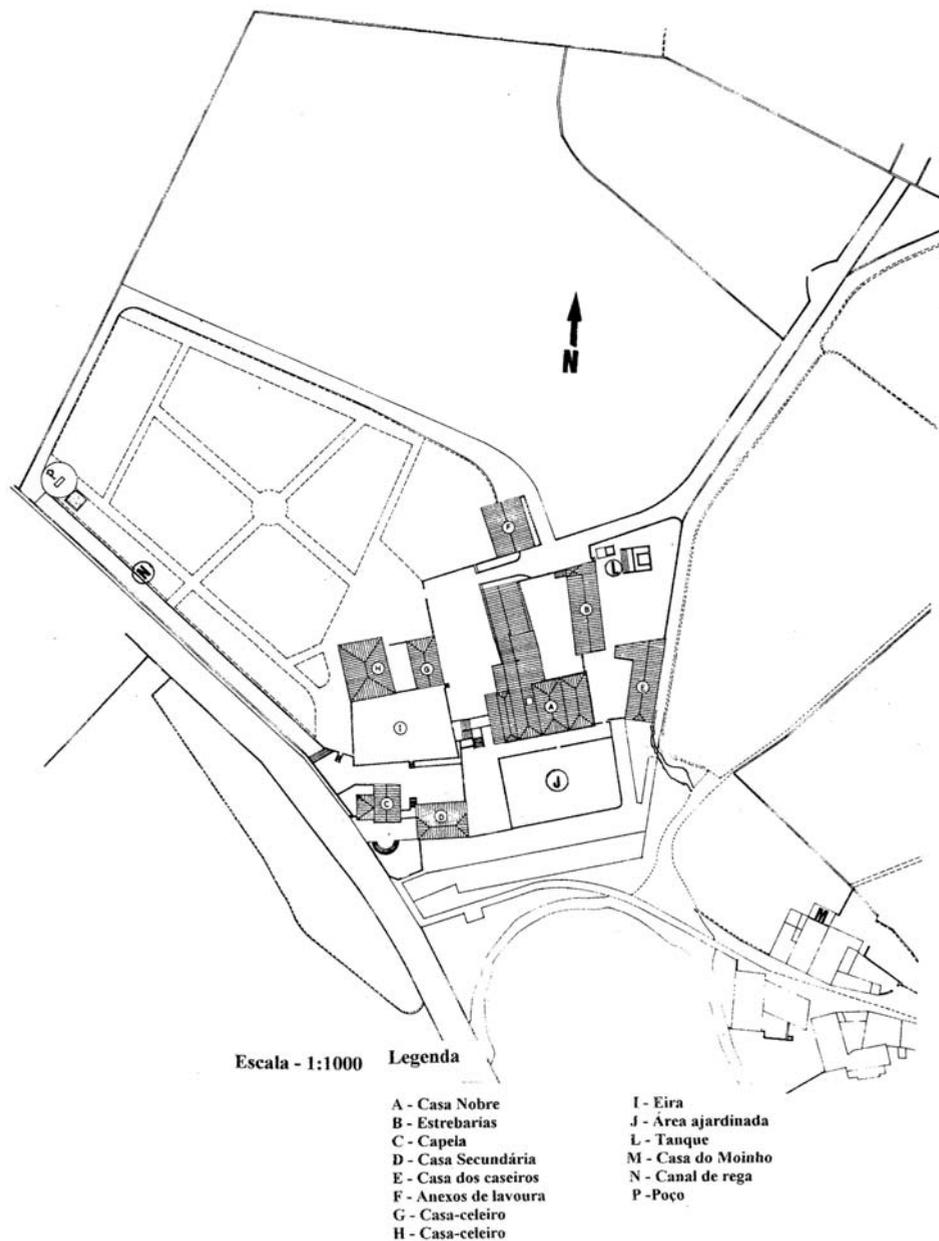


FIG. II - Área de implantação da Quinta do Rio  
(planta reduzida em relação ao original - Esc. 1: 1000) - MTC.



FIG. III - Alçados: AA - Ala nobilitada ; BB - Casa de Raiz  
(planta reduzida em relação ao original 1:250) - MTC

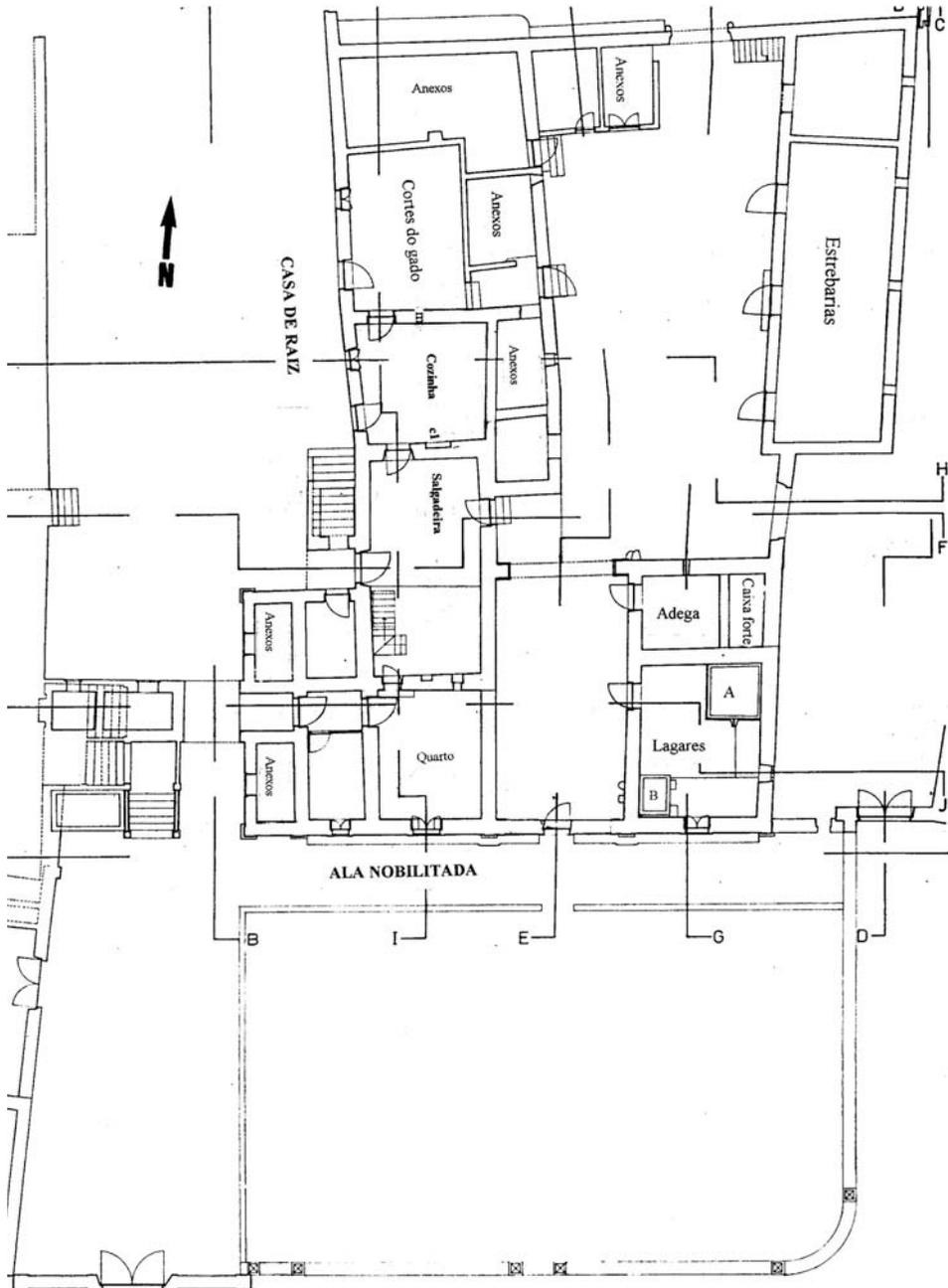


FIG. IV - Panta do piso térreo  
(reduzida em relação ao original 1:250) - MTC

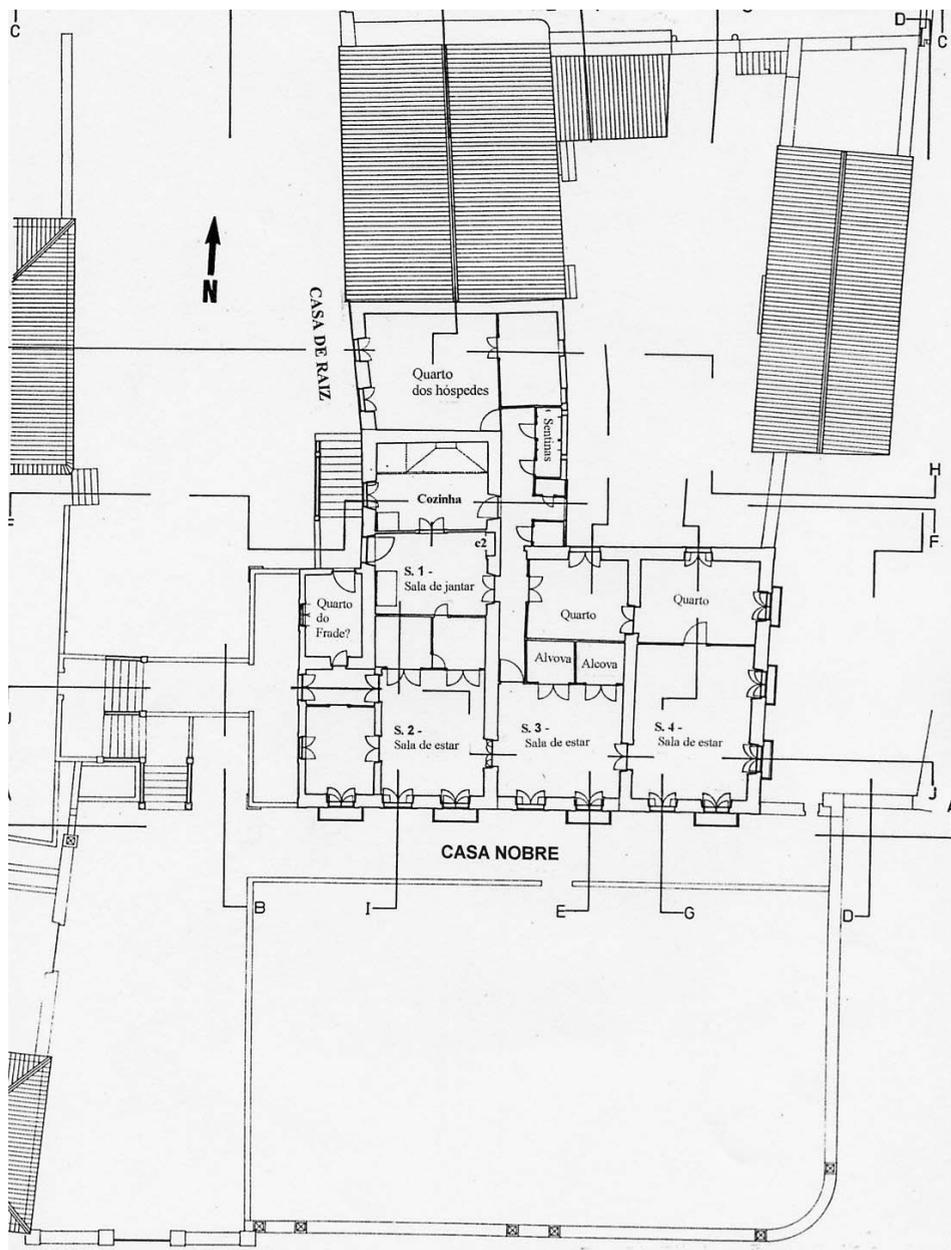


FIG. V - Panta do andar nobre  
(reduzida em relação ao original 1:250) - MTC